

# Arquitectura e Arquivística: transparências, opacidades e outras vontades

*Vítor Carvalho Araújo*

Instituto Superior Técnico  
Universidade Técnica de Lisboa  
Av. Rovisco Pais  
1049-001 Lisboa  
Tel: 218 418 344  
E-mail: [vca@civil.ist.utl.pt](mailto:vca@civil.ist.utl.pt)  
[vca@vca-arquitetos.pt](mailto:vca@vca-arquitetos.pt)

## **RESUMO**

Partindo de uma aproximação entre arquitectura e arquivística baseada na leitura da evolução do conceito de arquivo, a presente reflexão procura identificar os factores tipológicos da concepção arquitectónica que têm vindo a alterar a caracterização espaço-formal e as opções técnicas dos projectos de edifícios de arquivo. Para a identificação desses factores é feita uma leitura sequencial das interpretações formais e das opções programáticas que, a partir do 'modelo Duchein', foram ensaiando diferentes soluções de projecto. A abordagem contemporânea do projecto de edifícios de arquivo recorre de modo indistinto à reabilitação de espaços existentes e à construção de novos edifícios, atribuindo expressão material aos requisitos de opacidade, reclamados pelos depósitos, e de transparência, inerentes à divulgação a que os arquivos estão obrigados. Em reflexão prospectiva, são questionados os cenários decorrentes da desmaterialização dos documentos e da desterritorialização do seu acesso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Edifícios de arquivo, Projecto de arquivo, Arquivos Municipais, Arquitectura e Arquivística

## **ARQUITECTURA E ARQUIVÍSTICA: TRANSPARÊNCIAS, OPACIDADES E OUTRAS VONTADES**

### **Arquitectura e Arquivística: diálogos interdisciplinares**

Ao fixar os acontecimentos a um momento através dos registos que o identificam, o arquivo constitui-se como “uma tentativa de negação da temporalidade” (DERRIDA, 1995), uma vez que possibilita o contacto directo com o documento, fixo ao tempo da sua produção, mas aberto à releitura e à reinterpretação que podem ser feitas num tempo distinto. A preservação definitiva da memória, objectivo conceptual do arquivo, assume assim um compromisso com o tempo e com o lugar. O tempo está guardado pelo próprio documento. O lugar, esse, é uma responsabilidade da arquitectura.

Três significados distintos cabem na palavra ‘arquivo’. Pode utilizar-se ‘arquivo’ para referir a instituição, entidade responsável pela recolha e guarda de documentos; para identificar os documentos, em si mesmos; e para designar o edifício de arquivo, o lugar construído que os alberga (CORTÉS ALONSO, 1982, 93). A coincidência desta homonímia é importante na leitura das relações entre arquitectura e arquivística: a presença dos três significados surge como condição de partida para a avaliação do projecto de edifícios de arquivo, como demonstra o exercício de se imaginar a ausência de um deles.

Ao arquivo cabe a tarefa paradoxal de guardar o documento e de o divulgar. “Os arquivistas são quotidianamente confrontados com essa quadratura do círculo que consiste em conciliar conservação e comunicação” (BOISDÈFFRE, 2004, 6), protecção e abertura, opacidade e transparência.

Partindo de uma aproximação entre arquitectura e arquivística baseada na leitura da evolução do conceito de arquivo, a presente reflexão procura identificar os factores tipológicos da concepção arquitectónica que têm vindo a alterar a caracterização espaço-formal e as opções técnicas dos projectos de edifícios de arquivo. Remetido muitas vezes para lugares secundários de depósito não estruturado, o espaço onde se instala o arquivo espelha as políticas das instituições responsáveis por espólios, fundos documentais e colecções, sendo a expressão dos seus suportes arquitectónicos o modo mais evidente de traduzir as atitudes da instituição, da sua consciência cultural e patrimonial, ou, em muitos casos, da sua ausência.

A construção de um edifício de arquivo continua a ser “a operação mais complexa que se coloca no domínio dos serviços de arquivo” (SOMMIER, 2010, 1). Estruturar, programar e implementar essa operação implica a intervenção dos arquitectos, chamados a participar na resolução de um conjunto cruzado de problemas, de natureza diversa, que se traduzem num acto projectual — técnico e estético — ao qual se exige um resultado coerente e adequado, capaz de expressar a simbólica intrínseca do arquivo, de responder às exigências funcionais e programáticas da utilização, às determinações técnicas da construção e à especificidade das condições ambientais necessárias à boa preservação dos documentos.

### **EVOLUÇÃO TIPOLOGICA DOS EDIFÍCIOS DE ARQUIVO**

Se a razão central da existência de um arquivo reside na necessidade de preservação — guarda e protecção definitivas —, o desempenho da estrutura física que garante essa protecção assume um papel determinante no processo que posiciona o arquivo no âmbito social, quer se trate de um contexto de representação, de secretismo ou de abertura. As alterações destes contextos, que decorreram a par da evolução do conceito de arquivo, foram transformando os modos de organizar, preservar e divulgar os conteúdos à sua guarda. Em consequência, as estruturas espaciais onde os arquivos se albergam foram também expressando as modificações progressivas dessa evolução, funcionando como um reflexo legível das intenções que definiram a sua conformação material, edificada.

A ampliação das dimensões sociais, culturais e históricas dos arquivos vai implicar a conquista progressiva de autonomia espacial. Depois das experiências medievais que tinham provado a fragilidade do conceito de 'arquivo nómada', a sedentarização dos espólios documentais acabará por reclamar a necessidade de espaços específicos, seguros e reservados. O espaço atribuído ao arquivo começa por ser um espaço parcial, integrado num contexto que estabelece as relações de dependência necessárias à segurança e à proximidade dos documentos. Dependência entendida em duplo significado: como o compartimento do edifício no qual se depositam os documentos; e como relação de pertença, através da qual se identifica o modo como os documentos estão dependentes da entidade que os gerou, "consequência de uma actividade, de uma vontade ou de uma exigência" (FAVIER, 1986, 6).

Em função de entendimentos colectivos que reconhecem a importância do funcionamento independente, a construção de edifícios de arquivo evolui para opções de uso exclusivo em instalação específica, em detrimento da utilização de espaços pré-existentes de uso partilhado com outras valências. O edifício do *Archivi di Corte* do reino da Sardenha, construído em Turim entre 1731 e 1733 a partir do projecto de Filippo Juvarra, constitui a primeira afirmação de uma autonomia que irá concretizar a afirmação da independência construtiva e programática dos edifícios de arquivo (GEORGEON-LISKENNE, 2003). Os projectos para os edifícios dos arquivos do *Ministère des Affaires Étrangères* — Versailles, 1761, do *Archivo General de Indias* — Sevilha 1785, e dos *Archives de l'Empire* — Paris 1812, confirmarão esta evolução tipológica, baseada no uso exclusivo e no funcionamento autónomo.

Justificada a existência autónoma do edifício de arquivo, a arquitectura passa a desempenhar um papel activo na interpretação dos dados fornecidos pelas entidades promotoras e trabalhados pelos arquivistas, conhecedores das especificidades da sua área disciplinar, mas não necessariamente dos requisitos multidisciplinares que se envolvem no desenvolvimento de um projecto. Os edifícios de arquivo construídos entre a segunda metade do século XIX e a I guerra mundial documentam opções conceptuais e construtivas que oscilam entre o recurso à linguagem já ensaiada noutros programas e a tentativa de integração de uma "expressão moderna: um equipamento público que é composto por um depósito e por um edifício administrativo, nitidamente distintos, em que funções diferentes correspondem a estruturas e estilos diferentes" (HOTTIN, 2005, 62), como é legível nos casos de Bordéus [1866] e Bar-le-Duc [1913].



Figura 1: Biblioteca de *Sainte Geneviève* (Paris, 1850), de Henri Labrouste, Arquivo do departamento da Gironde (Bordéus, 1866), de Pierre-Auguste Labbé, e Arquivo do departamento da Meuse (Bar-le-Duc, 1913), de Maurice e Edmond Royer

### O modelo Duchein

A criação da *Direction des Archives de France*, poucos meses depois do fim da II guerra mundial, e a entrada em funcionamento do serviço técnico da mesma direcção, em 1948, vão contribuir de modo decisivo para a definição de um novo conceito de edifício de arquivo. A construção de novos edifícios iniciada a partir do início da década de 50 do século XX em toda a França, "a um ritmo aproximado de três ou quatro por ano" (DUCHEIN, 1993, 36), é acompanhada em todas as fases do processo pelos serviços técnicos da *Direction des Archives de France*, que analisam questões relativas ao programa funcional, aos sistemas construtivos e aos equipamentos. O trabalho dos serviços técnicos, como

reconhece o seu director, Michel Duchein, era mais do que uma resposta pontual já que, "a pouco e pouco, e de um modo quase pragmático, identificavam-se princípios, esquiçavam-se soluções para os problemas técnicos, elaborava-se uma doutrina" (DUCHEIN, 1986, 18). O contexto que enquadra as condições de produção dos edifícios de arquivo em França, a partir de 1950, é determinado pela conjugação de factores diferenciados, com origens distintas, mas com efeitos convergentes na expressão formal e material da arquitectura. Entre outros, podem identificar-se:

- a necessidade de reconstrução dos edifícios destruídos durante a guerra;
- a renovação dos arquivos antigos, já saturados na sua capacidade de armazenamento;
- a criação do Serviço Técnico da *Direction des Archives de France*, em 1948;
- a participação financeira do Estado, "entre 15% e 30% do custo global da obra" (HOTTIN, 2003, 3), atribuída mediante parecer da *Direction des Archives de France*;
- a referenciação programática aos estudos publicados por Michel Duchein: o artigo no anuário *Archivum*, em 1956 e na obra *Les bâtiments d'archives — Construction et Équipement*, em 1966. [1]

O programa-tipo utilizado pelos serviços dos *Archives de France* — incluído no *Manual de Arquivística* editado pela Associação dos Arquivistas Franceses em 1970 — virá a exercer uma influência definitiva. Apesar de não se tratar de um texto regulamentar ou normativo, foi sendo utilizado como referência única, em função da inexistência de programas alternativos. A tradução arquitectónica desta "evidente homogeneidade de concepção" (DUCHEIN, 1986, 19), que alguns autores identificam como 'modelo Duchein' [2] é consubstanciada através das opções funcionais que subdividem os edifícios de arquivo em três componentes — os depósitos, as áreas de trabalho técnico e as áreas de acesso público — e da construção das 'torres dos depósitos', opção baseada em critérios construtivos, em função da utilização de uma estrutura metálica autoportante. Como consequência imediata destas opções, o volume correspondente aos depósitos não só se isola do conjunto na composição formal dos edifícios, como assume uma imagem de grande visibilidade urbana, assinalando a presença do arquivo no território. Os vinte sete pisos da torre do arquivo de Rouen, construído em 1965, constituem uma expressão inequívoca desta concepção, programática e urbana.



Figura 2: Arquivos dos departamentos do Sena Marítimo (Rouen, 1965), de Orne (Alençon, 1972) e de Var (Draguignan, 1972)

Os edifícios de arquivo construídos pelos departamentos franceses até ao início da década de 1970 têm em comum o carácter austero e encerrado assumido pelo volume destacado dos depósitos, por relação com os outros elementos do conjunto. Esta relação irá perdurar mesmo depois da substituição da estrutura metálica autoportante, por estruturas reticuladas de betão armado [3]. A decomposição volumétrica dos edifícios, tradução formal directa dos indicadores do programa proposto pela *Direction des Archives de France*, continuará a corresponder à solução mais comum dos projectos desenvolvidos pelos técnicos dos departamentos, indistintamente da sua localização no território francês e da sua relação imediata de implantação urbana, em tecido consolidado ou em área de expansão.



Figura 3: Arquivos dos departamentos de Ardèche (Privas, 1967), dos Alpes Marítimos (Nice, 1981) e de Aude (Carcassonne, 1981)

Um outro dado relativo ao contexto de produção dos edifícios de arquivo em França nas décadas de 1960 e 1970 corresponde à opção generalizada pela construção de raiz. Como observa Michel Duchein, "ao contrário de outros países (penso particularmente na Espanha e na Itália), os arquivistas franceses são, na sua maioria, mais favoráveis à construção de edifícios novos para a instalação dos seus serviços do que à adaptação de edifícios antigos" (DUCHEIN, 1986, 21). À semelhança do que se verificou com a aplicação do programa-tipo, também neste aspecto a opinião da *Direction des Archives de France* pode ter sido determinante no posicionamento dos técnicos dos departamentos, já que o próprio director-geral, Jean Favier, apesar de reconhecer na reabilitação de edifícios existentes a oportunidade de "salvar o edifício e de lhe dar uma vida nova", alertava para a necessidade de se conhecerem "os inconvenientes dessa opção" e para o facto de se tratar de uma operação "mais cara do que a construção nova" que poderia corresponder no final, "à utilização de espaços menos confortáveis e menos apropriados" (FAVIER, 1986, 9).

A expressão arquitectónica dos edifícios de arquivo construídos de acordo com o 'modelo Duchein' conjuga a submissão formal ao programa e a opção pela construção de raiz. Consequência da ampla actividade de Michel Duchein e da divulgação internacional da sua obra, este modelo não foi apenas seguido em território francês [4]. Os exemplos dos edifícios construídos em Valência, Espanha, 1960, Sumy, Ucrânia, 1964 e Atlanta, Estados Unidos da América, 1965, documentam de modo explícito a influência do 'programa-tipo' proposto em França.



Figura 4: Arquivo de Valência (Espanha, 1960), Arquivo de Sumy (Ucrânia, 1964) e Arquivo de Atlanta (E.U.A., 1965)

### O quadro da descentralização

Um novo ciclo na construção de edifícios de arquivo no contexto da particularidade francesa, vai ser iniciado com o processo da designada 'descentralização'. A legislação que define a descentralização da estrutura do Estado, aprovada em 1983, atribui a propriedade dos arquivos às comunas, departamentos e regiões e determina que estas estruturas são responsáveis pela sua conservação e valorização, sob supervisão científica e técnica do Estado. O novo contexto legal coincide com a necessidade de renovação/ampliação de muitos dos arquivos construídos a partir de 1950 que tinham sido projectados com uma capacidade de incorporação de 20 a 25 anos.

Os factores que vão caracterizar os novos edifícios de arquivo correspondem à actualização dos programas funcionais, à ampliação da capacidade dos depósitos, à introdução de novos sistemas técnicos de climatização e à abertura do acesso aos novos públicos "particularmente os investigadores amadores e os genealogistas" (ERMISSE [et al.], 2004, 11), mas também os que visitam as exposições integradas nos programas de divulgação ou os estudantes que respondem às iniciativas do serviço educativo do próprio arquivo.

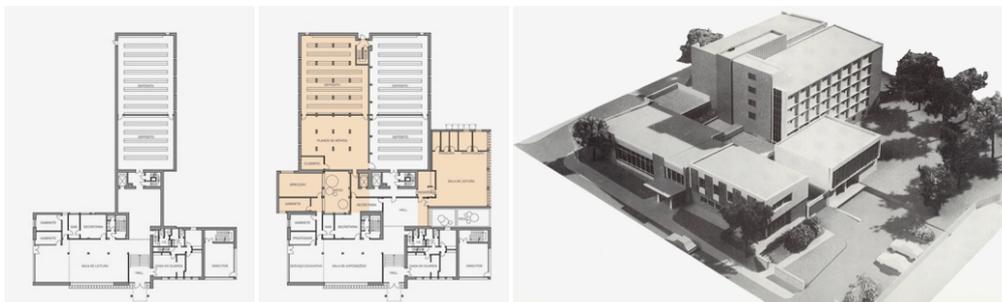


Figura 5: Arquivo do departamento das Ardenas (Charleville-Mézières, 1986), projecto original (1957) e ampliação (1986)

Para além da reflexão conceptual resultante do debate que envolve arquivistas e arquitectos, a produção dos novos edifícios vai reflectir também os efeitos da actualização legislativa que reforça o recurso aos concursos públicos de arquitectura e de empreitada. Em função deste quadro legal, "o recurso aos arquitectos dos departamentos desaparece" (SOMMIER, 2009, 18) e as soluções projectuais beneficiam da inovação formal e técnica que os concursos potenciam. A tradução arquitectónica que resulta deste contexto começa a ser visível nas intervenções concluídas nos primeiros anos da década de 1990 e é marcada, desde logo, pelas explorações formais que resultam da intersecção de volumes, da utilização de superfícies curvas e da distinção das materialidades de cada uma das partes do conjunto, com destaque para a utilização do vidro, em contraste com a necessária opacidade dos depósitos.

Entre 1986 e 2001, foram concluídos em França 26 novos edifícios de arquivo que afirmam explicitamente a sua contemporaneidade e confirmam a emancipação do programa arquivo como equipamento público, identificado no contexto de produção que vai prolongar-se até aos primeiros anos do século XXI. O protagonismo das torres dos depósitos no 'modelo Duchein', cujo conceito tinha perdurado até ao final da década de 80, passa a ser evitado: "os depósitos são agora menos altos, mais compactos" (SOMMIER, 2009, 18).



Figura 6: Arquivos dos departamentos de Yvelines (Saint-Quentin-en-Yvelines, 2003) e de Oise (Beauvais, 2002), de Bernard Feypell

O desenho de um depósito não emergente dá resposta à vontade de negação da imagem definida pelo 'modelo Duchein', de torres cegas e de volumes opacos. Ao carácter encerrado do modelo anterior, opõe-se, no final do século XX, o conceito de um arquivo aberto e acessível que passa do discurso da arquivística para a linguagem da arquitectura: "o vidro inscreve na fisionomia do edifício o desejo de transparência e de *aggiornamento* da instituição" (HOTTIN,

2003, 18). Albert Constantin (2003), autor do projecto de reconversão da antiga estação de correios de Lyon em arquivo municipal, justifica o recurso à transparência: "O que deveria estar escondido torna-se visível. O que devia estar fechado torna-se aberto e essencial [...] O Arquivo tornar-se-á assim um equipamento cultural aberto, actor da cidade, gerador de uma dinâmica urbana". A utilização de amplas superfícies envidraçadas não produz apenas efeitos na expressão visual do edifício lida desde o exterior. Ela corresponde, em simultâneo, às necessidades das áreas interiores que os novos programas determinam, como as áreas de utilização pública, com exigências particulares de luminosidade: espaços de leitura, de exposição ou de encontro.



Figura 7: Salas de leitura — Paris (1989), Vannes (1993), Poitiers (1996) e Yvelines (2003)

Esta transformação tem reflexos directos no conceito arquitectónico do edifício de arquivo, marcado agora por uma hierarquia distinta, que valoriza os espaços de utilização pública, como as áreas de entrada e distribuição e, muito em particular, as salas de leitura e consulta documental. "A sala de leitura, que durante muito tempo tinha sido um elemento secundário do programa, passa a ser a peça central do projecto" (HOTTIN, 2005, 12), já que é através dela que se concretiza o contacto dos utilizadores com o edifício.

A identificação dos factores que documentam a conceptualização arquitectónica dos edifícios de arquivo construídos em França no quadro particular que decorre das alterações introduzidas com o processo da descentralização, permite verificar que este enquadramento se desenvolve de modo continuado e coerente durante um período de cerca de vinte anos, entre 1983 e 2003. Para além das alterações políticas que atribuem aos departamentos a possibilidade de implementarem autonomamente os processos que conduzem à construção ou à renovação dos edifícios onde instalam os seus arquivos, os principais factores que caracterizam este período são:

- a diversificação e o aumento do número de utentes que procuram os arquivos, gerando necessidades de ampliação das áreas de acesso público e de caracterização diferenciada da sua natureza;
- a transformação dos processos de abordagem ao projecto, consequência da redução do papel atribuído ao programa-tipo e da ampliação do desempenho criativo dos arquitectos;
- a evolução das técnicas e dos sistemas de construção e de protecção ambiental.

A diversidade das experiências desenvolvidas no quadro social e político da descentralização levou à necessidade de uma nova reflexão sobre os temas relacionados com a concepção e a construção dos edifícios de arquivo. O novo contexto, não só permitirá uma leitura mais crítica do programa-tipo, como virá mesmo a provocar "o abandono do próprio conceito de programa-tipo" (HOTTIN, 2003, 9), alargando o papel do projecto de arquitectura na concepção dos edifícios e permitindo uma interpretação crítica das determinações programáticas.

### A terceira fase — edifícios da arquivo no arranque do século XXI

Projectados para um horizonte temporal de cerca de 20 anos, os arquivos dos departamentos franceses construídos no quadro legal da descentralização de 1983, começam a atingir naturalmente, no final do século XX, o limite da capacidade de incorporação de novos documentos.

Para a resolução deste condicionamento, as administrações vão adoptar estratégias diferenciadas, desde a aplicação rigorosa dos procedimentos de eliminação até à construção de um novo edifício, passando ainda pela ampliação das instalações existentes. O projecto continua a ser desenvolvido na procura da resolução dos objectivos quase opostos definidos pelo programa funcional: guardar e divulgar o património documental. Em paralelo com a optimização da resposta cultural, o programa funcional evolui no sentido dos procedimentos relacionados com a transferência para os suportes digitais. Este procedimento arquivístico, ao mesmo tempo que proporciona a maior protecção do documento original, permite também o acesso desterritorializado. Em consequência, “a visibilidade dos serviços dos arquivos passa a ser maior nos ecrãs dos computadores pessoais do que nos próprios edifícios” levando à reavaliação dos espaços previstos para os utilizadores, que passaram a frequentar “salas de leitura virtual” (BRULEAUX, 2011, 3). Os relatórios anuais da *Direction des Archives de France* confirmam a redução do número de utentes das salas de leitura: de 190 000 em 2005, o número anual de leitores passou para 183 000 em 2009 (SOMMIER, 2010, 5).

Para além dos acertos de natureza funcional, os arquivos construídos nos últimos anos em França, traduzem igualmente a evolução registada em relação à definição das condições ambientais, seja em consequência da aplicação das normas internacionais, actualizadas em 2003 [5], seja pelo recurso a soluções construtivas especialmente desenhadas de modo a assegurarem a optimização do isolamento da envolvente dos edifícios. A par das indicações de carácter normativo, as investigações desenvolvidas sobre o comportamento dos diferentes tipos de suportes e a evolução dos sistemas construtivos vão ser incorporadas nas soluções de projecto, na procura de um controlo eficaz da inércia térmica dos espaços de depósito e da redução das oscilações de temperatura e de humidade relativa do ar. As preocupações de protecção dos documentos levam à optimização dos sistemas de isolamento hídrico e térmico dos depósitos, que se obtêm através de abordagens ecológicas da construção, possibilitando a manutenção das condições ambientais adequadas e, nalguns casos, permitindo mesmo a dispensa de sistemas de climatização.



Figura 8: Arquivo dos departamentos de Bouches-du-Rhône (Marselha, 2006), de Corinne Vezzoni, de Hérault (Montpellier, 2012), de Zaha Hadid, de Haute-Garonne (Toulouse, 2009), de Vigneu e Zilio, e de Ille-et-Vilaine (Rennes, 2006), de Myrto Vitart e Jean-Marc Ibos, *Centre d'Archives de EDF* (Bure, 2011), do atelier LAN, e Arquivos Nacionais (Saint-Denis, 2013), de Massimiliano Fuksas

## Espanha: entre reabilitação e obra nova

Como refere Antonia Heredia Herrera (2007, 13) "a transição operada em Espanha com a chegada da democracia e com o estabelecimento das autonomias — agentes da descentralização — teve uma influência lógica nas estruturas administrativas" concretizada nas exigências de transparência e agilidade da administração pública, no direito e no acesso à informação, matérias em que os arquivos estão implicados. Este contexto, aliado à necessidade de organização e instalação dos arquivos cuja titularidade tinha sido atribuída às comunidades autónomas pela Constituição de 1978, vai estar na origem de um número alargado de processos de renovação, reconversão ou construção nova de edifícios de arquivo.



Figura 9: *Archivo Histórico Provincial de Santa Cruz de Tenerife* (Santa Cruz de Tenerife, 2003), de Andrés Perea Ortega, *Archivo Regional de Castilla-La-Mancha* (Toledo, 2005), de Guillermo Vázquez Consuegra, e *Archivo Histórico Provincial de Guadalajara* (Guadalajara, 2011), de Luis Rojo de Castro, Begoña Fernandez-Shaw e Liliana Obal Diaz

Na descrição do projecto do novo edifício do *Archivo Histórico Provincial de Guadalajara*, os autores [6] destacam quatro princípios que, pela sua caracterização conceptual, documentam sinteticamente a abordagem multidisciplinar e contemporânea do projecto de edifícios de arquivo, na procura de uma resposta aos múltiplos requisitos colocados pelo programa, neste caso referenciado a uma construção nova, implantada em contexto urbano estabilizado. Segundo os arquitectos (ESPAÑA. Ministerio de Cultura, 2009, 12), os quatro objectivos são:

- conceber um "instrumento eficaz de armazenamento e conservação dos documentos" com recurso a "uma arquitectura compacta e eficiente";
- assegurar a "integração da nova arquitectura no seu contexto urbano";
- procurar "soluções arquitectónicas e volumétricas que contribuam para a sustentabilidade energética, por meios activos e passivos", e
- "potenciar a imagem pública do equipamento cultural" através de soluções que garantam "a acessibilidade e a transparência [...] para ser criado um sentimento de proximidade e familiaridade que fomente a sustentabilidade social das instituições públicas".

O modo como se concretiza o processo de produção recente de edifícios de arquivo em Espanha é plural e não segue um modelo de referência. Nos projectos construídos ou em construção, as opções seguidas pelas autoridades locais e nacionais dividem-se entre obra nova, renovação, ampliação ou reconversão de edifícios existentes, sem que se verifique qualquer destaque ou preferência. O mesmo se regista em relação à localização do arquivo na estrutura urbana: nuns casos é instalado no centro histórico, noutros é escolhida uma implantação periférica, noutros, ainda, é aceite uma solução que corresponde às duas opções, em simultâneo. Quando o centro mantém o núcleo histórico do arquivo e os depósitos, com as áreas de trabalho técnico, são deslocados para um segundo edifício.

Dado comum ao conceito arquitectónico que determina a estruturação espacial e programática é a importância atribuída ao acesso público. São garantidas adequadas condições de consulta aos investigadores e aos utilizadores das salas de leitura mas são também criadas propostas que sugerem uma utilização mais flexível e informal, proporcionada

pela inclusão de áreas educativas, espaços de exposição, auditórios ou cafetarias, que abrem a outros públicos os espaços dos arquivos. Nos edifícios mais significativos na perspectiva patrimonial — Barcelona, Simancas e Sevilha — são criados percursos autónomos para visitas, numa abordagem de valorização do legado arquitectónico, colocado em paralelo com o património documental que alberga. Esta aproximação entre patrimónios, documental e arquitectónico, e o pretexto de preservação coincidente de ambos, é aplicada como uma estratégia que agrupa “argumentos culturais e argumentos económicos [...] que pode ser vista como um assunto de reciclagem ecológica” e que justificou a reconversão de “construções — completa ou parcialmente de pé —, originalmente executadas para outros fins e, por isso, pertencentes a outras tipologias” (IBAÑEZ MONTOYA, 2008, 43).

As obras concluídas em Espanha entre 2002 e 2011 documentam uma indeterminação formal que corresponde à diversidade das respostas de projecto, resultado dos processos de produção e das diferentes opções de intervenção: obra nova, reabilitação e reconversão. A leitura particular dos projectos desenvolvidos a partir da reconversão de instalações que tinham funcionado anteriormente com outros programas — fábrica de cerveja [Madrid, 2002], escritórios de serviços municipais [Zamora, 2003], igreja [Valladolid, 2004], residência real [Pamplona, 2005], prisão [Oviedo, 2009] e centro cultural [Maiorca, 2013] — demonstra com evidência a validade das opções de reabilitação patrimonial, em comparação directa com a opção por obra nova defendida no modelo francês.



Figura 10: *Archivo Histórico Provincial de Zamora* (Zamora, 2003), de Sergio de Miguel García, *Archivo Municipal de Valladolid* (Valladolid, 2004), de Gabriel Gallegos e Primitivo Gonzalez, *Archivo General Y Real de Navarra* (Pamplona, 2005), de Rafael Moneo, *Archivo Histórico Provincial Y Regional de Astúrias* (Oviedo, 2009), de Remedios Carrión García, e *Archivo Histórico Provincial* (Maiorca, 2013), de Sergio Miguel García

### **Portugal: escalas de centralidade e memórias locais**

A leitura dos espaços de suporte arquitectónico dos arquivos em Portugal requer a identificação de um conjunto de circunstâncias históricas que, por razões de natureza diversa, esteve na origem do afastamento entre as necessidades da arquivística e as respostas da arquitectura, enquanto disciplina conformadora da definição espacial e da expressão pública dos edifícios de arquivo.

Em primeiro lugar, o percurso errante do arquivo nacional, depositado numa torre do castelo de S. Jorge, desde o século XIV até à sua destruição em 1755, depois instalado em espaços alugados no convento de S. Bento, numa

situação provisória que viria a arrastar-se até à última década do século XX, quando o arquivo nacional de Portugal passou a funcionar em instalação própria.

Em segundo lugar, a coincidência que fez relacionar a descentralização distrital dos arquivos, proposta na sequência da implantação da república em 1910, com a disponibilidade de conventos, paços episcopais e palácios, que podiam ser utilizados de imediato, sem alterações profundas nem encargos significativos.

Em terceiro lugar, a afirmação do poder local que decorre da instauração da democracia em 1974, com efeitos na valorização das memórias locais, referências de identificação colectiva e simbólica, às quais os arquivos se associam.

O edifício projectado por Arsénio Cordeiro para as novas instalações da Torre do Tombo, na cidade universitária [7] traduz o jogo entre as opacidades e transparências exigidas pelo programa funcional: fechamento dos depósitos e abertura das áreas de trabalho e de acesso público. A imagem que resulta da sobreposição antiestática, formalmente organizada a partir de "um seguro tratamento geométrico e compositivo" [8] é materializada através da colocação do corpo encerrado dos depósitos sobre uma base transparente, dando origem a um objecto arquitectónico de expressão icónica, como pretendia o seu autor: "o edifício da Torre do Tombo deverá desafiar o tempo e nada deverá ter a ver com modos efémeros e aspectos superficiais da arquitectura que se pratica" (Cordeiro, 1981, 1).

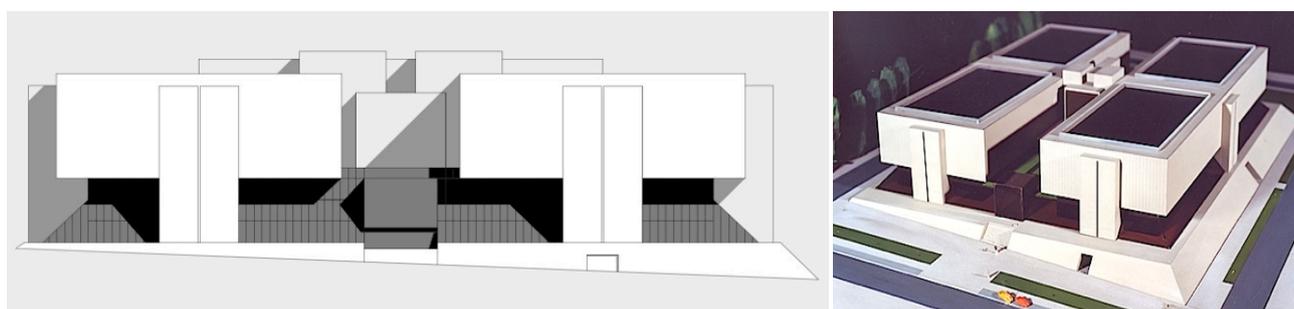


Figura 11: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, 1991), de Arsénio Cordeiro

O processo de instalação dos arquivos distritais, decretado logo em Março de 1911 na sequência da instauração da república, não vai permitir a reflexão objectiva sobre as questões de programa e de funcionamento que a eventual elaboração dos respectivos projectos de arquitectura poderia despoletar. Como assinala Acácio de Sousa (2005, 70) "apesar da rapidez da publicação deste decreto, as dificuldades financeiras do Estado não permitiram que estes organismos tivessem sido implantados imediatamente", levando a que a sua concretização se alongasse no tempo e se caracterizasse pela diversidade de critérios nas opções de escolha dos espaços. Em muitos casos os arquivos são instalados em lugares adaptados, nem sempre com capacidade adequada para responder aos requisitos do programa.



Figura 12: Arquivos distritais de Castelo Branco (1993), Vila Real (1988) e Portalegre (1993)

Do conjunto dos 13 edifícios dos arquivos distritais que entraram em funcionamento entre 1985 e 2002 [9], 8 correspondem a obras de reconversão/reabilitação, 4 a edifícios novos e 1, Aveiro, a uma obra mista que incluiu novas áreas associadas à recuperação de um edifício existente. Exceptuando o edifício do arquivo distrital de Lisboa — incluído na Torre do Tombo — observa-se que as 7 primeiras obras, concluídas entre 1985 e 1995 são obras de reconversão. Os projectos de Leiria [1997], Faro [1997], Setúbal [2001], Aveiro [2002] e Viseu [2003] correspondem a processos de construção nova, desenvolvidos a partir dos respectivos programas funcionais e das condições estabelecidas pelos concursos públicos de projecto.



Figura 13: Arquivos distritais de Setúbal (2001), Aveiro (2002) e Viseu (projecto, 2003)

### Arquivos municipais

Na estrutura da organização político-administrativa do país os municípios assumem uma escala de proximidade com os cidadãos que, por um lado, permite o estabelecimento de relações concretas e activas com a instituição, por outro, corporiza um quadro de identidade colectiva, no qual as populações se revêem. Este processo de identidade está sustentado no conhecimento do passado colectivo - registado através da memória dos acontecimentos — e no desempenho das instituições que o guardam e o divulgam, os arquivos municipais.

A afirmação pública e institucional dos arquivos municipais tem um impulso determinante com a entrada em vigor do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), lançado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT) em 1998. Operando com o suporte legal definido pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, que atribui ao Estado a obrigação de “garantir a qualidade das instalações destinadas aos arquivos” e estabelece como objectivos específicos a criação de “condições adequadas à instalação dos arquivos municipais de todo o país [...] através de comparticipação financeira e/ou apoio técnico” (PORTUGAL. Ministério da Cultura, 1998), o PARAM vai despoletar um conjunto de acções onde se incluem, entre outras, a realização de obras para a instalação de arquivos, que podem ser situações de construção de raiz ou de adaptação de instalações existentes. Neste aspecto particular o PARAM define uma actuação que ultrapassa o domínio específico da arquivística, reconhecendo a importância da “qualidade das instalações”, matéria integrada na área de intervenção do projecto de arquitectura.

O estudo das soluções arquitectónicas é desenvolvido em contextos muito diferenciados: nalguns casos foram realizados concursos para a elaboração dos projectos, noutros, os projectos foram entregues às equipas técnicas dos municípios ou aos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), noutros ainda, as obras foram executadas a partir das indicações genéricas transmitidas pelo IAN/TT, sem recurso à definição da pormenorização construtiva e da especificação técnica de acabamentos e equipamentos.

As exigências relativas à solução projectual — como a garantia do acesso público, o cálculo da capacidade dos depósitos ou a verificação das condições físicas e ambientais dos espaços — foram acompanhadas pelo cumprimento de condições mínimas que, em muitos casos, vieram a provocar alterações significativas no reconhecimento do papel do

arquivo no contexto do município [10] tornando-se notório o modo como “o PARAM colocou os arquivos na agenda política das autarquias” (HENRIQUES, 2008, 37).



Figura 14: Arquivos municipais de Abrantes (2003), de João Colaço, Lisboa (projecto, 2004), de Alberto Souza Oliveira e Manuel Aires Mateus, Loures (2009), de Fernando Martins e João Manuel Santa-Rita, e Sines (2006), de Manuel e Francisco Aires Mateus

Das propostas incluídas nos processos de candidatura regista-se que 64% dos projectos definem o uso exclusivo do edifício para instalação do arquivo, facto ao qual não será alheia a distinção prevista nos valores da comparticipação financeira, que estabelece, para estas situações, um montante que poderá atingir 50% dos custos orçamentados, enquanto para os arquivos instalados em edifícios de uso partilhado — 36% das candidaturas — esse valor desce para 30%, e é apenas aplicável aos custos previstos para a área afectada ao arquivo.

Associando o carácter simbólico da reutilização de um edifício existente à evidência prática da sua disponibilidade, a grande maioria dos municípios opta por projectos de reabilitação: 72% dos processos dizem respeito à reabilitação de edifícios existentes, optando por construção nova 28% dos municípios.



Figura 15: Arquivos municipais de Guimarães (2002), Pitágoras Arquitectos, Amarante (2005), de António Portugal e Manuel Maria Reis, Penafiel (2003), de Fernando e Bernardo Távora, Vila do Conde (2008), de Manuel Maia Gomes, Elvas (2003), de Vítor Pinto Rei, e Montemor-o-Novo (2008), de Vasco da Cunha

## PROJECTAR: IMAGINAR O FUTURO

A garantia do acesso universal aos arquivos e a vontade de transparência que tem vindo a ser construída estão no limiar da sua concretização: os processos de desmaterialização dos documentos e de desterritorialização dos acessos permitem identificá-las. Com a digitalização dos documentos, a sua divulgação passa a ser suportada pelas redes virtuais,

de acesso livre e atópico. Não é necessário o contacto directo com o documento nem um espaço específico para lhe aceder. No entanto, a desmaterialização dos fundos não anula a existência física dos documentos originais. Será necessário continuar a assegurar a sua preservação definitiva, com recurso à construção de dispositivos técnicos irreprensíveis, onde as condições ambientais e o comportamento energético respondam à exigências que lhes são colocadas.

Que efeitos produzem estas alterações na concepção dos edifícios de arquivo? Continuará a ser necessário incluir no mesmo edifício a guarda dos documentos originais e os sistemas de comunicação digital? Como se articula a afirmação dos edifícios com o incremento da consulta à distância?

As respostas pertencem também ao domínio do projecto de arquitectura. O projecto deverá aceitar o carácter mutante do programa do arquivo, e identificar a expressão simbólica da sua existência. Ao mesmo tempo, obrigado que está à utilização do conhecimento disponível, poderá definir soluções de tratamento ambiental sem recurso a sistemas activos e optar por sistemas energéticos auto-suficientes [11].

Paralelamente, o projecto de um arquivo pode hoje abandonar o espaço físico da arquitectura, tal como é tradicionalmente definido: contenção, matéria, permanência. Se os cenários da desmaterialização dos documentos possibilitam o acesso desterritorializado, passam a estar em causa as qualidades da arquitectura virtual — extensão do espaço físico — que determinam os novos espaços de acesso à memória e à informação.

---

[1] A edição de 1956 do anuário *Archivum* reuniu as actas do Congresso do Conselho Internacional dos Arquivos (CIA) realizado esse ano em Florença. A comunicação de Michel Duchein (pp. 108-175) teve a divulgação internacional decorrente da distribuição do anuário pelo CIA e da sua tradução em alemão, inglês, espanhol, francês e italiano.

[2] A expressão 'modelo Duchein', em referência à aplicação do programa-tipo, é utilizada inicialmente por Gérard Ermisse (Ermisse et al., 2004) e por Elsa Marguin Hamon e France Saïe Belaïsch. O próprio Michel Duchein (1986, 19) faz referência a esta utilização: "Este 'programa-tipo', sistematicamente proposto a todos os departamentos ou comunas que pretendiam construir ou organizar os seus arquivos, serviu de base a cerca de trinta edifícios espalhados por toda a França e mesmo no estrangeiro, uma vez que ele foi fornecido a vários governos e autoridades administrativas de outros países que pretendiam aproveitar a experiência francesa. Daí que, sem dúvida alguma, se verifique uma evidente homogeneidade de concepção nos edifícios de arquivos construídos em França nas décadas de 1960 e 1970, e talvez mesmo — se quisermos ver o aspecto negativo das coisas — uma certa repetição, efeito da nossa tradicional centralização".

[3] Decretado na sequência da avaliação do comportamento do sistema em diversos casos de incêndio (FORTANIER E NEIRINCK, 1986, 28), nos quais se verificou o colapso das construções por efeito da fusão dos elementos metálicos.

[4] "[...] desde 1966 tive oportunidade de efectuar como representante da UNESCO, do Conselho Internacional de Arquivos e de vários governos estrangeiros, mais de vinte missões como consultor e várias visitas de estudo na Europa, África, América e Ásia, no decurso das quais me familiarizei com as realizações dos outros países e com os problemas climáticos, económicos, regulamentares, às vezes até psicológicos, da construção e equipamento dos edifícios de arquivo fora de França [...]" (DUCHEIN, 1985, 11)

[5] Norma internacional ISO 11799, *Prescrição para o armazenamento de documentos em arquivos e bibliotecas*. A norma foi elaborada pelo comité técnico da *International Organization for Standardization* (ISO) e publicada em 2003, tendo sido homologada pela *Direction des Archives de France* em Dezembro de 2004 (BOISDEFFRE, 2004).

[6] Os arquitectos Luis Rojo de Castro, Begoña Fernandez-Shaw e Liliana Obal Diaz.

[7] A proposta apresentada pelo arquitecto Arsénio Cordeiro foi classificada em primeiro lugar no *Concurso Público para a elaboração dos estudos para construção do edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, concluído em 1981.

[8] Relatório final do júri do *Concurso Nacional para a Elaboração dos Estudos Relativos às Novas Instalações da Torre do Tombo — 2ª Fase*, 13 de Junho de 1981.

[9] Entre 1985 e 2002, entraram em funcionamento as novas instalações dos arquivos distritais de Viana do Castelo [1985], Vila Real [1988], Lisboa [1990], Santarém [1993], Portalegre [1993], Castelo Branco [1993], Guarda [1993], Porto [1995], Leiria [1997], Faro [1997], Bragança [1999], Setúbal [2001] e Aveiro [2002]. O processo do novo edifício

---

para o arquivo distrital de Viseu, cujo projecto de execução foi aprovado em 2003, não teve continuidade.

[10] As condições mínimas de candidatura aos programas PA1 e PA2 implicavam "a existência de terreno destinado à construção do arquivo [...], ou de edifício destinado à instalação do arquivo [...], de serviço, divisão ou departamento de arquivo municipal [...] com competências sobre toda a documentação produzida, independentemente da idade [...], de pessoal afecto ao arquivo municipal, com formação superior na área de arquivo", para além de "linha financeira, [...] recenseamento geral da documentação, [...] previsão de crescimento anual [...] e programa de instalação do arquivo municipal" (PORTUGAL. Ministério da Cultura, 1998).

[11] A título de exemplo, o projecto do edifício do *Centre d'Archive de EDF*, define soluções construtivas com utilização de caixilharia tripla, isolamento duplo da envolvente, cobertura vegetal e painéis fotovoltaicos que garantem a manutenção das condições ambientais adequadas e permitem a dispensa de sistemas de climatização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOISDÈFFRE, Martine de — Avant-propos. In ERMISSE, Gérard [et al.] *Les bâtiments d'archives 1986-2003*. Paris: Archives de France, 2004. p. 5-7
- BRULEAUX, Anne-Marie Hottin, Christian — *Des Hommes, des lieux, des archives: pour une autre pratique de l'archivistique*, Paris: LAHIC et Mission à l'ethnologie, 2009 [Em linha]. Paris, 2011. [Consult. 7 de Fevereiro 2011]. Disponível em [www: <http://tristan.u-bourgogne.fr/UMR5605/publications/historiographie/CR\\_AM\\_Bruleaux.htm>](http://tristan.u-bourgogne.fr/UMR5605/publications/historiographie/CR_AM_Bruleaux.htm)
- CONSTANTIN, Albert — *Un projet architecturale pour les archives de demain*. Lyon: Archives Municipales de Lyon, 2003
- CORDEIRO, Arsénio — *Memória descritiva do Estudo Prévio*. Arquivo do atelier Arsénio Cordeiro. 1981
- CORTÉS ALONSO, Vicenta — *Los edificios y la documentación: los Archivos Históricos Provinciales*. BOLETÍN ANABAD. Madrid. Nº 1-2 (1982), p. 93-102
- DERRIDA, Jacques — *Mal d'Archive. Une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995
- DUCHEIN, Michel — *Les bâtiments d'archives — Construction et équipements*. Paris: Archives Nationales, 1985
- DUCHEIN, Michel — *Vingt ans de constructions... et l'avenir*. In DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE [ed.] *Bâtiments d'archives — Vingt ans d'architecture française 1965-1985*. Paris: Archives Nationales, 1986. p. 17-22
- ERMISSE, Gérard [et al.] — *Les bâtiments d'archives 1986-2003*. Paris: Archives de France, 2004.
- ESPAÑA. Ministerio de Cultura — *Nueva sede del Archivo Histórico Provincial de Guadalajara*. Madrid: Gerencia de Infraestructuras y Equipamientos de Cultura / Ministerio de Cultura, 2009
- FAVIER, Jean — *Une maison pour une mémoire*. In DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE [ed.] *Bâtiments d'archives — Vingt ans d'architecture française 1965-1985*. Paris: Archives Nationales, 1986. p. 5-10
- FORTANIER, Arnaud R. de; NEIRINCK, Danièle — *Les bâtiments d'archives départementaux*. In DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE [ed.] *Bâtiments d'archives — Vingt ans d'architecture française 1965-1985*. Paris: Archives Nationales, 1986. p. 27-99
- GEORGEON-LISKENNE, Anne — *Aspects de la construction des bâtiments d'archives en Europe (France, Allemagne, Grande-Bretagne, Russie) au XIXe siècle*. Comunicação apresentada no encontro Archivi e Storia nell'Europa del XIX secolo. Florença, 2003.
- Henriques, Cecília — *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais — Relatório de Avaliação*. Lisboa: Direcção-Geral de Arquivos, 2008
- HERRERA, Antonia H. — *Qué es un archivo?*. Gijón: Ediciones Trea, 2007.
- HOTTIN, Christian — *Les bâtiments d'Archives en France (1983-2003)*. Comunicação apresentada na 13ª jornada de estudos franco-belgas *Les bâtiments d'archives: réalités d'aujourd'hui*. Mouscron, 17 de Junho de 2003. [Consult. 12 de Novembro de 2009]. Disponível em [www: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/>](http://halshs.archives-ouvertes.fr/)
- HOTTIN, Christian — *Bar-le-Duc: 1913, 1969, 2005. Les trois âges du bâtiment d'archives*. LIVRAISONS D'HISTOIRE DE L'ARCHITECTURE. Paris. Nº 10, 2º semestre (2005). p. 45-63
- IBAÑEZ MONTOYA, Joaquín — *Los archivos, cómo construirlos*. Gijón: Ediciones Trea, 2008.
- PORTUGAL. Ministério da Cultura — *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1998
- SOMMIER, Corentin — *Les bâtiments d'archives publics et l'acte I de la décentralisation (1983-2003): état de la question*. Comunicação apresentada no Séminaire ALMA, Centre de recherches historiques de l'Ouest. Angers, 17 de Setembro de 2009. [Consult. 8 de Janeiro de 2011]. Disponível em [www: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/>](http://halshs.archives-ouvertes.fr/)
- SOUSA, Acácio de — *90 años: los archivos de distrito en Portugal*. TABULA. Nº 8 (2005). p. 69-79